

## PLANO DE TRABALHO

<b>FIELD PROJECT</b>	CARTILHA DE PROTEÇÃO CONTRA ASSÉDIO SEXUAL E MORAL						
<b>AUTORIA</b>	YASMIN CURZI E GIULLIA THOMAZ					<b>DISCENTES Nº MÁX.</b>	10
<b>SUPERVISÃO</b>	LÍVIA LINO					<b>DISCENTES Nº MÍN.</b>	6
<b>REQUISITOS</b>	Aberto para todo o corpo discente						
<b>PÚBLICO ALVO</b>							
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR003 / GRDDIR036 / GRDDIR039 / GRDDIR041 / GRDDIR049 / GRDDIR065 / GRDDIR081	<b>PERÍODO</b>	2024.1	<b>NATUREZA</b>	PRÁTICA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	<p>De acordo com um levantamento conduzida pela organização Think Olga, como parte da campanha "Chega de Fiu Fiu" (2018), 99,6% das mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de assédio sexual em suas vidas. A pesquisa também revelou que, no último ano, 46,7% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram alguma forma de assédio sexual. Isso equivale a aproximadamente 30 milhões de mulheres assediadas sexualmente só em 2022, sem considerar os casos de subnotificação.</p> <p>As formas mais frequentes de assédio incluem cantadas e comentários desrespeitosos na rua, experienciados por 4 em cada 10 mulheres, totalizando 26,3 milhões. Os dados convergem com o levantamento do Ministério Público do Trabalho, que indicou que somente de janeiro a julho de 2023, o Brasil registrou 7.627 denúncias de assédio moral no ambiente de trabalho – número expressivo para o período de janeiro a julho, em comparação com as 7.800 denúncias registradas para todo o ano de 2022.</p> <p>O aumento das denúncias parece indicar não apenas um possível aumento das agressões, mas, sobretudo, um aumento da conscientização das pessoas sobre o que constitui o assédio moral e sexual. Diante desse cenário, o presente Field Project busca capacitar o corpo discente para compreender as dinâmicas de poder e discriminações de gênero e raça que permeiam os cenários propícios ao assédio sexual e moral e problematizá-los, sob uma perspectiva interseccional. Ao término do projeto, discentes também devem ser capazes de identificar casos em que há uma vítima de abuso, assédio ou importunação sexual e/ou moral, bem como conhecer os mecanismos disponíveis para levar adiante sua denúncia e defesa.</p> <p>Por meio de revisão de literatura e levantamento de melhores práticas sobre o tema, os debates propostos irão abordar as normas jurídicas, culturais e sociais, o Field terá o objetivo de construir uma cartilha para ampla divulgação sobre a temática.</p>
<b>PROBLEMA</b>	<p>O problema abordado será a necessidade de conscientização, educação e ação em relação ao assédio moral e sexual, com foco em ambientes de trabalho e estudo, incluindo o ambiente universitário. Os alarmantes números de denúncias de assédio demandam atenção ao assunto, além de indicarem um momento oportuno para o ampliado do debate.</p>
<b>PRODUTO</b>	<p>O produto final deste Field Project será uma cartilha educativa abordando o assédio moral e sexual em ambientes de trabalho e estudo, com ênfase no ambiente universitário. A cartilha será um recurso informativo e educativo que os participantes do projeto possam utilizar para disseminar conhecimento sobre o assédio e suas formas de prevenção, identificação e denúncia.</p> <p>A cartilha deverá incluir informações sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definições de assédio moral e sexual, destacando as diferenças e penalidades legais associadas a cada um.</li> <li>2. Estatísticas e dados relevantes sobre as formas de assédios no Brasil.</li> <li>3. Orientações sobre como identificar casos de assédio.</li> <li>4. Informações sobre os mecanismos disponíveis para denunciar assédio, incluindo canais de denúncia e organizações de apoio às vítimas.</li> <li>5. Estratégias para promover ambientes seguros e respeitosos no ambiente de trabalho e estudo.</li> <li>6. Recursos adicionais, como contatos de organizações de apoio e leis relacionadas ao tema.</li> </ol> <p>A cartilha servirá como uma ferramenta prática, de ampla divulgação, para conscientizar e capacitar as pessoas a lidar com o problema do assédio moral e sexual, bem como para ajudar instituições interessadas a aprimorarem suas práticas internas e promover mudanças positivas em seus ambientes. Ela poderá ser distribuída em universidades, empresas, organizações e comunidades como parte de esforços de educação e prevenção.</p>
<b>OBJETIVO</b>	<p>O objetivo do Field Project é munir o corpo discente de informações acerca de como o assédio moral e sexual se apresenta nos ambientes de trabalho e estudo, em especial, no ambiente universitário, ajudando-o a promover uma cultura de respeito e de ética.</p> <p>Ao final, espera-se que discentes estejam aptos a identificar casos de abuso, importunação sexual, assédio sexual e moral, bem como conhecer os mecanismos disponíveis para denunciar tais casos e buscar apoio, vide canais de denúncia e organizações de acolhimento às vítimas.</p>
<b>METODOLOGIA</b>	<p>A metodologia para a realização deste Field Project pode ser dividida em 7 etapas, que incluem:</p>

	<p><b>Revisão de Literatura:</b> Inicialmente, os participantes do projeto podem realizar uma revisão de literatura abrangente sobre o assédio moral e sexual, com foco em ambientes de trabalho e estudo, bem como as questões legais relacionadas. Essa revisão de literatura servirá como base sólida para a compreensão do problema, suas causas e consequências, bem como as medidas legais existentes.</p> <p><b>Levantamento de Melhores Práticas:</b> Traremos cartilhas, guias ou materiais educativos já desenvolvidos em outras instituições sobre assédio moral e sexual, especialmente aqueles que são relevantes para o contexto brasileiro. Essa análise ajudará a identificar quais as melhores práticas e construir um material que possa servir também para outras organizações.</p> <p><b>Consultas com Especialistas:</b> Iremos organizar palestras com especialistas que poderão fornecer informações valiosas, insights e orientações sobre as questões legais e sociais relacionadas ao assédio.</p> <p><b>Ênfase na Legislação:</b> A cartilha deve abordar detalhadamente a legislação vigente relacionada ao assédio moral e sexual, destacando os artigos do Código Penal pertinentes e demais legislações recentes ou em discussão.</p> <p><b>Canais de Denúncia e Apoio:</b> A cartilha deve incluir informações detalhadas sobre os canais de denúncia disponíveis, tanto no âmbito legal quanto em organizações de apoio às vítimas. Isso pode incluir números de telefone, endereços de e-mail e recursos online.</p> <p><b>Levantamento de Instituições de Acolhimento:</b> Os participantes devem realizar um levantamento completo de instituições e organizações que oferecem apoio e acolhimento às vítimas de assédio. Isso incluiria informações de contato e descrições de serviços prestados.</p> <p><b>Distribuição e Disseminação:</b> Finalmente, a cartilha deve ser distribuída amplamente em universidades, empresas, órgãos governamentais e comunidades. Pode-se considerar a realização de sessões de conscientização e treinamento com base no conteúdo da cartilha.</p>	
<p><b>HABILIDADE</b></p> <p>Exigência MEC</p> <p>RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.</p> <p>Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.</p> <p>Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.</p> <p>Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.</p> <p>Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.</p> <p>Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.</p> <p>Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.</p> <p>Outras:</p>	
	<b>PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))</b>	
	<b>ATIVIDADE</b>	<b>TEMA</b>
	1	Apresentação do Field Project. Explicações do funcionamento dos encontros e das temáticas principais.
	2	Debate e leitura das cartilhas paradigmáticas, de modo a identificar os pontos positivos e negativos que devem ser adotados para a elaboração do produto final. Ao final, será requerido que o alunato levante outros materiais pertinentes, buscando elaborar uma revisão bibliográfica.
	3	Término do debate e leitura das cartilhas paradigmáticas, de modo a identificar os pontos positivos e negativos que devem ser adotados para a elaboração do produto final. Apresentação dos demais materiais levantados pelo alunato e debate.
	4	Continuação da apresentação dos demais materiais levantados pelo alunato na revisão bibliográfica e debate em sala. Ao final, será requerido que cada um resuma os principais textos identificados, identificando os temas pertinentes para a cartilha, conforme descrito no "produto".

5	Redação dos tópicos 1, 2 e 3 da cartilha com a divisão da turma entre os temas principais da legislação.
6	Revisão e complementação da escrita realizada no encontro anterior.
7	Elaboração da planilha para o levantamento das instituições de acolhimento. Explicações metodológicas e divisão do alunato para o preenchimento.
8	Revisão e ajustes na planilha de levantamento das instituições de acolhimento. Elaboração de texto com os resultados.
9	Elaboração da planilha para o levantamento dos canais de denúncia. Explicações metodológicas e divisão do alunato para o preenchimento.
10	Revisão e ajustes na planilha de levantamento das instituições de acolhimento. Elaboração de texto com os resultados.
11	Discussão sobre o Projeto de Lei 228/23 e seu impacto nas definições legais de estupro e assédio. Ao final, será requerido aos alunos que levantem novos materiais sobre o tema.
12	Redação do texto relativo aos impactos do Projeto de Lei, à luz dos materiais recolhidos e do debate realizado em sala. Ao final, será elaborado com os alunos o roteiro de perguntas para os encontros a serem promovidos nos próximos encontros.
13	Encontro com especialista, a ser definido.
14	Encontro com especialista, a ser definido.
15	Consolidação e revisão do texto final da cartilha.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Conceitos: <b>A</b> (ótimo) para discentes que estejam presentes em mais de 90% dos encontros, apresentando interesse nos temas debatidos e demonstrando preparação prévia para os debates semanais por meio de leitura dos materiais sugeridos. <b>B</b> (bom) para discentes que estejam presentes em mais de 80% dos encontros, apresentando interesse nos temas debatidos e demonstrando preparação prévia para os debates semanais por meio de leitura dos materiais sugeridos; <b>C</b> (suficiente) para discentes que estejam presentes em mais de 70% dos encontros, apresentando interesse nos temas e <b>D</b> (insuficiente) para discentes que estejam presentes em menos de 70% dos encontros, apresentando pouco interesse nos temas debatidos.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	Defensoria Pública do Estado do Ceará (2023) " <a href="#">Não é não: saiba o que é importunação sexual e assédio sexual, e o que fazer se você for vítima</a> ". Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. " <a href="#">Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil</a> " 4ª edição, 2023. ANDRADE, Cristiane Batista; ASSIS, Simone Gonçalves. <a href="#">Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura</a> . <i>Revista Brasileira de Saúde Ocupacional</i> , v. 43, p. e11, 2018.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	Documentário Chega de Fiu Fiu (2018), <a href="#">Think Olga</a> . CURZI, Y. <a href="#">Mulheres à margem: o assédio público e a cidadania feminina</a> . In: <b>ANAIS DO 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS</b> , 2017, Rio de Janeiro. GT24 – Pluralismo, identidade e controvérsias sociopolíticas. Rio de Janeiro, 2017. HAREL, Terri; CURZI, Yasmin. Harassment. in: BELLI, Luca; ZINGALES, Nicolo; CURZI, Yasmin (eds.). <a href="#">Glossary of Platform Law and Policy Terms</a> , 2021. MACKINNON, Catharine A. <a href="#">Feminism Unmodified, Discourses on Life and Law</a> . Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.